

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.384.696 - PR
(2018/0275742-0)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : JORASA INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : CESAR LOURENÇO SOARES NETO - PR029201
ANDRÉ GUSTAVO MEYER TOLENTINO E OUTRO(S) - PR046381
RODRIGO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE TOZIN - PR060990
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : CONDOMINIO RESIDENCIAL NIVA FARRACHA I
ADVOGADO : ICARO JOSÉ PROENÇA E OUTRO(S) - PR066160

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por JORASA INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. contra decisão da Presidência do STJ que rejeitou embargos de declaração e manteve o não conhecimento do recurso, com fulcro no art. 21-E, V, do RISTJ, por intempestividade (e-STJ fls. 1.006/1.009) .

Nas suas razões, a agravante sustenta que o recurso é tempestivo, pois houve a suspensão do expediente, consoante certidão emitida pelo Tribunal local, em razão de feriado (carnaval).

Intimada, a parte regularizou sua representação processual (e-STJ fls. 1.050, 1.055 e 1.060).

Passo a decidir.

A Corte Especial do STJ, quando do exame do Recurso Especial 1.813.684/SP – na sessão realizada em 02/10/2019 –, enfrentou o tema relativo à suspensão do prazo para a interposição de recursos dirigidos a este Tribunal Superior em razão da ocorrência de feriados locais, pacificando o entendimento, mediante modulação, de que a regra disposta no art. 1.003, § 6º, do CPC/2015 somente deverá ser exigida a partir da publicação desse julgado.

Assim, para os recursos interpostos até a referida data de publicação deve prevalecer a orientação consolidada no julgamento do AgRg no AREsp 137.141/SE, também realizado pelo órgão máximo desta Corte, segundo a qual "a comprovação da tempestividade do recurso especial, em decorrência de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final para sua interposição, pode ocorrer posteriormente, em sede de agravo regimental".

In casu, considerando que a agravante demonstrou a existência de feriado, nos dias 12 e 13/02/2018 (Carnaval), mediante cópia de certidão emitida pelo

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça do Paraná (e-STJ fl. 1.025), é de se reconhecer a tempestividade do recurso.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão agravada, tornando-a sem efeito.

Transcorrido o prazo recursal, voltem-me conclusos os autos para efetiva análise do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator